



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 34/XIII/1.ª SL

Aos vinte e um dias do mês de junho de 2016, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. Audição da Senhora Embaixadora de Portugal em Cabo-Verde, Helena Paiva - 16h15

3. Proposta de Resolução n.º 12/XIII/1ª - Aprova o Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, assinado na cidade da Praia, em 30 de março de 2004.

- **Nomeação de autor do parecer (PCP)**

4. Proposta de Resolução n.º 13/XIII/1ª - Aprova o Protocolo n.º 15 que altera a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, aberto à assinatura em Estrasburgo, a 24 de junho de 2013.

- **Nomeação de autor do parecer (PSD)**

5. Outros assuntos

Ponto 1.

Aberta a reunião, o **Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Filipe Soares**, deu as boas vindas a todos os Deputados presentes, e informou que dera entrada na Comissão o pedido de assentimento do Presidente da República à sua deslocação a Marrocos nos dias 27 e 28 de junho de 2016. Apreciado o pedido, foi o projeto de Parecer, no sentido de dar assentimento ao requerido, aprovado por

unanimidade dos presentes.

Em seguida, o Senhor Vice-Presidente deu conta de que haviam baixado à CNECP as seguintes iniciativas, cujo proponente – o Grupo Parlamentar do PEV - informou pretender discutir em Plenário:

Projeto de Resolução n.º 378/XII/1ª- (PEV) - Recomenda ao Governo que garanta a natureza democrática no processo do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento – TTIP

Projeto de Resolução n.º 379/XII/1ª- (PEV) - Recomenda ao Governo que garanta a natureza democrática no processo do Acordo Económico e Comercial Global – CETA

Foram ainda designados Relatores para as seguintes iniciativas, que haviam baixado à Comissão:

- **Proposta de Resolução n.º 12/XIII/1ª** - Aprova o Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, assinado na cidade da Praia, em 30 de março de 2004 – Relator: Deputada Carla Cruz (PCP);
- **Proposta de Resolução n.º 13/XIII/1ª** - Aprova o Protocolo n.º 15 que altera a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, aberto à assinatura em Estrasburgo, a 24 de junho de 2013 – Relatora: Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD);
- **Proposta de Resolução n.º 14/XIII/1ª** - Aprova o Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, assinado em Pequim, em 29 de junho de 2015. - Relator: Deputado do PS

Às 16h30, teve início a audição da Senhora Embaixadora de Portugal em Cabo-Verde, Helena Paiva.

A Senhora Embaixadora agradeceu o convite para a audição e, em intervenção inicial focada no relacionamento bilateral de Portugal e Cabo-Verde, destacou a assinatura próxima do Plano Estratégico de Cooperação 2016-20, no contexto de relações profundas e abrangentes dos dois países, com matriz jurídico-constitucional semelhante, sendo Portugal o maior parceiro de desenvolvimento daquele país africano e acolhendo a segunda maior comunidade cabo-verdiana no estrangeiro.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Referiu-se às Cimeiras dos dois países, estando prevista a quarta para o final deste ano, e à visita do Primeiro-Ministro Português a Cabo-Verde, ora retribuída.

Reportou-se, genericamente, ao facto de Cabo-Verde ser parceiro comercial de referência em Portugal, aos investimentos em curso e a renovar, sobretudo nos setores agropecuários e do turismo e sublinhou que a desaceleração da economia de Cabo-Verde poderá originar uma procura de investimento em países próximos.

Anunciou 4 setores de cooperação prioritários: segurança, defesa e justiça; educação, língua e cultura; saúde; energia e ambiente.

Concluiu declarando o seu compromisso com o reforço do estreitamento do relacionamento bilateral entre Portugal e Cabo-Verde.

Em seguida, usaram da palavra os Senhores **Deputados Paulo Neves (PSD), Paula Teixeira da Cruz (PSD), Paulo Pisco (PS), Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP) e Carla Cruz (PCP)**, tendo todos cumprimentado e desejado sucesso à Senhora Embaixadora no novo posto, salientado as qualidades que evidenciara no anterior posto na Namíbia, e suscitado diversas questões, designadamente sobre o Plano Estratégico a assinar, em particular no que se refere à língua portuguesa e seu ensino; a segurança no Golfo da Guiné; os projetos de cooperação conjuntas na Macaronésia; no âmbito da Justiça, o eventual reforço de verbas alocadas à Polícia Judiciária (em razão do problema estratégico do narcotráfico), à formação dos magistrados e aos Registos e Notariado. Foi ainda questionada sobre a sua posição sobre a importância da Parceria Estratégica União Europeia-Cabo-Verde; a forma como Cabo-Verde se insere na CPLP e a sua importância para a coesão e dinamismo da organização; perspetivas para a Cimeira, designadamente em termos de parceria económica e de avaliação do clima de investimento e das áreas prioritárias para investimento privado; bem como de análise da cooperação na reciprocidade, designadamente nas áreas da língua, ensino, saúde (telemedicina); e, enfim, de avaliação dos meios humanos e materiais ao seu dispor.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A Senhora Embaixadora agradeceu as palavras de incentivo e respondeu detalhadamente às questões suscitadas, dando conta das maiores preocupações e objetivos nos vários domínios de cooperação abordados, em particular sobre a língua portuguesa – dando conta da perceção de um processo claro de criouliização promovido contra a língua portuguesa que constitui uma grande preocupação também do atual Governo de Cabo-Verde –; na cultura; na saúde – em que destacou a necessidade de uma maior eficácia na cooperação, designadamente através de um projeto de telemedicina –; nas áreas da segurança interna e externa e na área da Justiça, tendo destacado a necessidade de um forte trabalho de cooperação entre a Justiça, a Administração Interna e a Defesa. Sublinhou que a Justiça era a área prioritária, com expressão concreta não só na formação de magistrados, como, entre outros projetos, na cooperação entre Polícias Judiciárias. Acrescentou que o crescimento muito fraco da economia de Cabo-Verde, sem capacidade de endividamento, a que se juntava o facto de o atual Governo Cabo-Verdiano ainda se estar a estruturar, haviam deixado muitos investimentos suspensos, muito embora tivesse nomeado alguns a concretizar brevemente, nas áreas da saúde, do turismo, dos transportes inter-ilhas e das energias renováveis.

O Senhor **Vice-Presidente** agradeceu a disponibilidade e a intervenção e os esclarecimentos da Senhora Embaixadora e, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos.

O registo áudio da presente reunião é consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIII/LEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160621_2.mp3

Palácio de S. Bento, 21 de junho de 2016

O Vice-Presidente da Comissão,


(Pedro Filipe Soares)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Joana Lima
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Ricardo Baptista Leite
Berta Cabral
Fernando Jesus
Fernando Negrão
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira
Jorge Moreira da Silva
José Cesário
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carlos Alberto Gonçalves
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Lara Martinho
Porfírio Silva
Sérgio Sousa Pinto



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 29/06/2016.